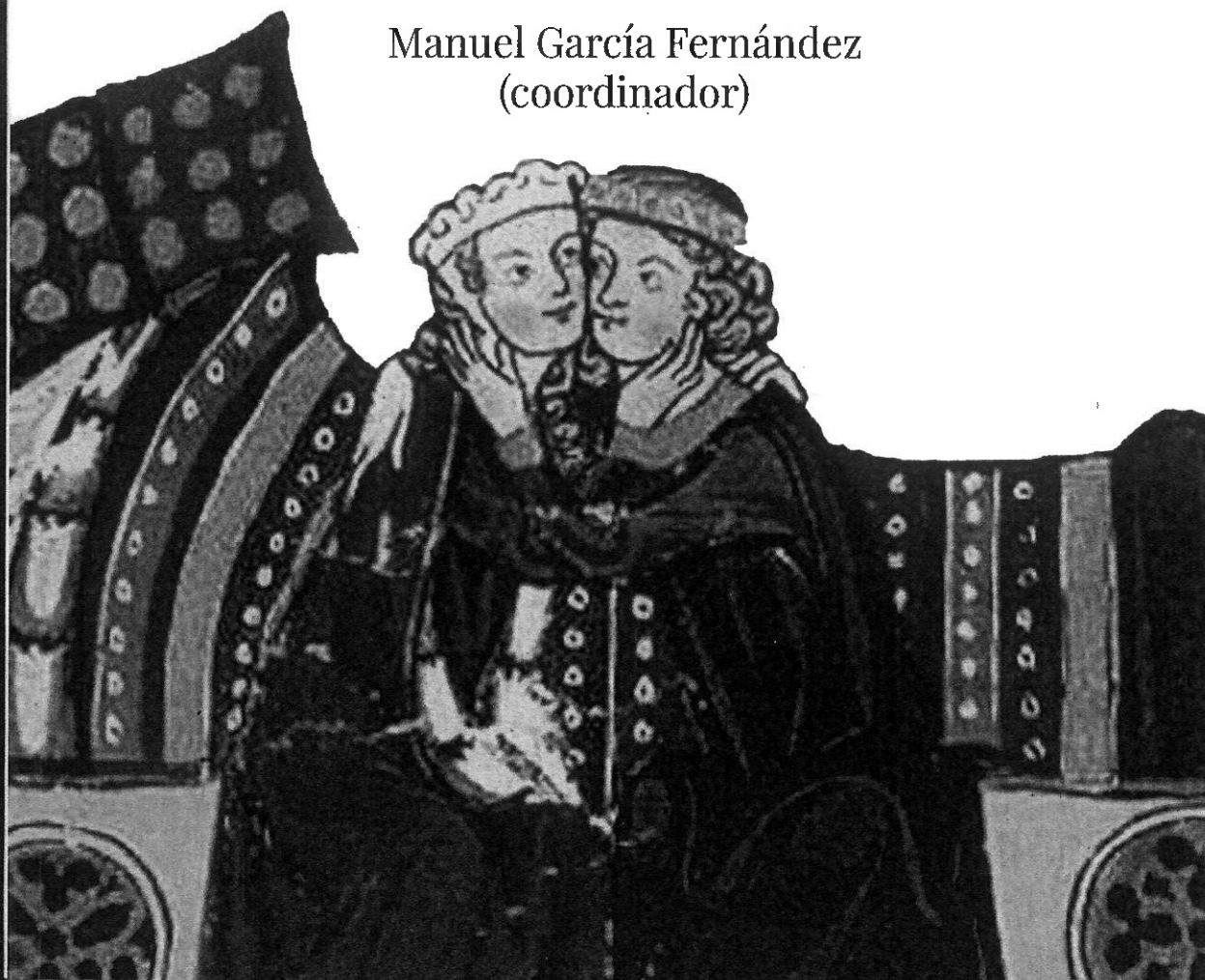


En la Europa medieval. Mujeres con historia, mujeres de leyenda

Siglos XIII-XVI

Manuel García Fernández
(coordinador)



Editorial Universidad de Granada
Editorial Universidad de Sevilla

D. JOANA: UMA MULHER ENTRE PORTUGAL E CASTELA

ISABEL VAZ DE FREITAS
Universidade Portucalense, Infante D. Henrique

1. INTRODUÇÃO

É bem conhecido este período da história portuguesa e castelhana, apresentado e retratado em diversos estudos ao longo da Historiografia Peninsular. Um período de conflito que expõe publicamente a corte e a imagem do rei nos seus ambientes mais íntimos. Sendo este um período bem conhecido e bem trabalhado, a novidade em torno das figuras históricas que marcaram o reinado de Henrique IV e de Afonso V, não trará grandes novidades ao já conhecido¹. Assim, este estudo irá focar-se nos acontecimentos que, de alguma forma, marcarão a vida de D. Joana e a sua construção individual, enquanto pessoa.

Seria possível reconhecer, hoje, que, a conduta mais reveladora e mais surpreendente da sua vida, teria sido, por um lado, o confronto das vozes que a rotularam de uma criação da infidelidade, bem presente no identificativo de «a Beltraneja» e por outro lado, a falta de voz que a história contada pelos cronistas revela. Ao rever a literatura da época, em particular as crónicas, assiste-se a anos profundamente marcados por acontecimentos que geraram inúmeras emoções individuais e coletivas, passíveis de serem analisadas na perspetiva da História das emoções e do quotidiano das relações familiares. Os exemplos são muitos e ricos em conteúdo.

1. Entre os muitos estudos salientaria pela sua objetividade e sintetização da história deste período Val Valdivieso 1991.

A vida de D. Joana marca-se por três grandes etapas. Enquanto *Beltraneja*, rainha malfadada em Castela, representa a infidelidade e a bastardia num processo de guerra civil. Enquanto a *Excelente Senhora* vive no infortúnio do silêncio, do isolamento, em suma, da renúncia da vida. Após 1481, embora não deixando o título de *Excelente Senhora*, abandona o mosteiro renunciando ao isolamento e à obrigatoriedade estipulada em tratado. É sobre estes três momentos de vida que este trabalho será irado dedicar.

Como metodologia será proposta uma revisão da literatura e de leitura das fontes cronísticas, com perspetiva de percorrer as fases da vida de D. Joana, num enquadramento histórico conturbado e no contexto das ações portuguesas, à luz da época de Afonso V e de D. João II, que trazem uma leitura complementar.

2. O NASCIMENTO DE D. JOANA E A CRISE INTERNA CASTELHANA

Olhar a História na perspetiva feminina é tarefa difícil, pois esta vai-se contando e analisando tendo como protagonista o masculino². Neste período que aqui recordamos, a literatura quinhentista concede um relevo ao feminino contracenado por várias mulheres que, no momento, se assumiram como protagonistas, mas, na realidade o principal visado é Henrique IV, pelo que toda a montagem literária será consonante com a estratégia de explorar a imagem do monarca.

Quanto aos elementos femininos, o principal registo da historiografia contemporânea traça-se em torno da rainha D. Joana, esposa do rei Henrique IV, da Infanta D. Joana, sua filha, e da inquestionável figura de Isabel, a Católica. Estas mulheres transformam-se em constituintes principais de um período conturbado, de guerra civil, na qual uma delas, Isabel a Católica, sai vitoriosa face às restantes. Outras mulheres com papel mais secundário, tiveram os seus momentos junto ao rei Henrique IV que se debatia com graves problemas sociais e pessoais num reino dividido. Entre elas D. Branca de Navarra, D. Guiomar de Castro, Catalina de Sandoval, abadessa de San Pedro de las Dueñas, entre outras, por quem o rei manifestou os seus amores³. Mas, todas são representadas e referidas com intuito, de uma maneira ou de outra, de centralizar a opinião pública no rei Henrique IV e nas questões da não concessão de um herdeiro.

Apesar destas mulheres serem retratadas em função de um plano que pretende denegrir a imagem de Henrique IV, é também inquestionável que numa história vivida por homens na primeira pessoa, estas mulheres assumiram a

2. Rivera Garretas 2013.

3. Ver Rábade Obradó 2017.

liderança, a causa-efeito de um reino que se debatia pela demonstração de poder que alguns homens e outras mulheres pretendiam alcançar⁴. Numa perspetiva de foco principal da história, as mulheres infantas assumem-se como instrumentos de alianças políticas e como legitimadoras e perpetuadoras da linhagem do rei, mas também como elementos de grande relevo na corte, em particular pelas redes que conseguem instituir⁵. É nesta condição que a Infanta D. Joana se inscreve. Como instrumento de aliança e como legitimadora, ou não, da linhagem do rei, mas também como alguém que, apesar de ter nascido com um estigma, não desiste das suas redes que lhe permitiriam restituir a vontade de continuar na frente dos desígnios de um reino.

Olhando a história na perspetiva de D. Joana, o que está em causa numa primeira fase da sua vida é a dúvida da legitimidade que divide o reino e constrói cenários de violência, de intriga e de compaixão que a acompanham para a vida. A Infanta D. Joana nasce entre dramas íntimos tornados públicos. Um nascimento entre a impossibilidade de Henrique IV de lidar com a opinião pública do reino face ao problema de saúde, que o fazia oscilar entre o reconhecimento da impotência, que grassava nas intrigas de corte, e a possibilidade de conceber um herdeiro, a heterossexualidade e a homossexualidade⁶. O rei tomava decisões contrárias a cada momento pressionado entre a guerra civil e a paz, e a intriga de corte crescia a cada movimento e a cada nova decisão do monarca. As mulheres que passavam na sua vida tornavam-se garantes do seu problema de saúde ou objeto de maquinações. Este é o caso de D. Branca de Navarra participante e exposta intimamente pela não consumação do casamento ou, o caso, das prostitutas pagas para garantir a possibilidade de Henrique IV de conceber herdeiros.

Para agravar a situação interna, já difícil, concorrem Navarra, Portugal e Aragão na política castelhana. Navarra com problema de sucessão e Portugal e Aragão com desejos de avanços estratégicos sobre Castela. Mais uma vez as redes de casamentos estão bem implicadas. Navarra através do primeiro casamento de Henrique IV com D. Branca, Portugal pelo segundo casamento de Henrique IV com D. Joana e Aragão pelo matrimónio de Isabel e Fernando, futuros Reis Católicos. Como habitual, as políticas matrimoniais estão amplamente implicadas na política dos reinos⁷.

Em simultâneo, crescia, também, a propaganda em torno da imagem régia que tentava por todos os meios denegrir a imagem de Henrique IV e encontrar uma nova opção na sucessão do reino de Castela nas pessoas do Infante

4. Como refere Duby 2011.

5. Pelaz Flores 2013, p. 277.

6. Gómez de Cáceres e Francisco de Valdés são nomes que lhe surgem associados. Ver Rabade Obradó 2017.

7. Como obra de referencia sobre todo este período ver Val Valdivieso 1974.

D. Afonso e de D. Isabel, irmãos do monarca. Uma nova opção pela sucessão dava suporte a poderes individuais, personalizados, que envolviam a sociedade do reino em disputas e em acordos de interesses explícitos e implícitos.

A crise interna instalara-se em todo o reino, os momentos de gravidade foram muitos e a paz ou o descanso durava pouco tempo, neste período tão conturbado que se caracteriza por ser um conflito de partidos internos no poder castelhano e que envolvem os reinos vizinhos, em particular Portugal e o seu monarca Afonso V⁸.

Partindo do pressuposto de que as Crónicas e a literatura contemporânea de Henrique IV são escritas para sustentar a vitória de Isabel e Fernando⁹, o caminho mais evidente e mais fácil a seguir pelos construtores de redes de imagem pública, seria o da justificação e exploração da impotência de Henrique IV acrescida do reconhecimento de D. Joana como a infiel, sustentando a tese da ilegitimidade da sucessão. A corte divide-se, o poder do rei é posto em causa e as cortes fazem-se acompanhar da opinião de que o poder absoluto do rei deve ter uma nova visão face às inúmeras críticas e desagradados que acompanham as iniciativas do reinado de Henrique IV¹⁰.

Logo no seu primeiro casamento, a vida conjugal de Enrique IV com a rainha D. Branca de Navarra e a situação de saúde sexual de Henrique IV viria a público. O casamento foi anulado por Roma em 1453 por não se ter consumado, atribuindo o ónus a Branca de Navarra¹¹. No seu casamento com D. Joana, irmã de Afonso V, o mesmo drama da consumação do casamento anunciava-se após sete anos sem sucessor nascido. A repetição da situação de casamento não consumado, assaltava o reino e dava aso a mais indignação e divisão. Os ânimos não se sanariam com o passar do tempo sem nascimento de herdeiro, pelo contrário inflamavam-se. Fala-se das inúmeras tentativas, à luz dos conhecimentos medicinais da época, para tentar sanar o mal de saúde do rei, mas sem efeito.

8. Como referência de um estudo que bem retrata todo este período e as questões internas, ver Val Valdivieso 2006.

9. Como refere Perea Rodríguez as crónicas e a poesia do Cancioneiro deste período têm uma carga de propaganda que favorece a rainha Isabel, a Católica e que degride a imagem de Henrique IV. Reforça o autor que a literatura é um canal de emissão muito frequente para passar mensagens. A poesia satírica associou-se às crónicas e foi usada para veicular uma imagem muito negativa de Henrique IV. Ao citar as composições conhecidas por *Coplas de la Panadera*, *Coplas de Mingo Revulgo* e as *Coplas del Provincial*, o autor chama a atenção para o período em que estes escritos surgem, ou seja, entre 1464 e 1474, período após o nascimento de D. Joana e que denota o agudizar da situação de corte. Descreve esta literatura satírica Henrique IV como rei cobarde, que abandona as tarefas de governo, acusam-no de se juntar a pessoas com pouca valia, associam-no ao adultério e prática de sodomia, a impotência, anunciam-se duras acusações contra o monarca e desrespeita-se a imagem régia. Perea Rodríguez 2005, pp. 33-71.

10. Sobre esta questão ver Nieto Soria 1998.

11. Sobre o casamento e a sua anulação ver Azcona 2017, pp. 15-36, Martin Rodrigues 2003.

Em simultâneo, a literatura revela que interessava conduzir a imagem de D. Joana, irmã de Afonso V, e influenciar a opinião pública em direção a comportamentos pouco desejáveis. Revela-se uma imagem da rainha como uma figura afeta a galanteio, sedução e com comportamento repreensíveis, não apenas de D. Joana, mas também, das donzelas que a acompanharam. Anyó i Olivier recorda a passagem da Crónica Castelhana, anónima que retrata o casamento de Henrique IV e D. Joana e refere-se ao comportamento das donzelas que na festa procuravam os solteiros, inclinadas à sedução mais do que convém a uma donzela, vestidas com trajes provocantes, usando de os risos frequentes na conversação e a prática do vaivém de mensagens pouco dignas não se coagindo, as donzelas, a ações públicas que deveriam ser feitas em privado¹².

O texto descritivo destes comportamentos públicos, ditos, sedutores e indignos, apontam para uma intenção do escritor em justificar a infidelidade de D. Joana e a consequente ilegitimidade de sua filha¹³. Colocando-se a mulher como protagonista, será necessário compreender a dualidade bem e mal a que a mulher se encontra sujeita de identificação. O espaço entre esta dualidade (bem/mal) é curto e passível de rapidamente a mulher se categorizar num ou noutro. A beleza que a caracteriza pode lança-la na fama, enchendo-a de virtudes, ou acabar com a sua honra caso transcenda o submisso e o discreto manifestado em comportamentos ou forma de vestir¹⁴, ou caso exista interesse em qualificar a beleza pelo seu lado mais contraproducente. E a opinião pública é tão manipulável, abrindo-se precipitadamente ao lado mais negativo e logo se entende como um estorvo político¹⁵.

As crónicas de Henrique IV de Afonso de Palencia e de Enrique de Castillo tendem a revelar a infidelidade de D. Joana como estimulada por Henrique IV, admitindo assim, o próprio, a sua impotência¹⁶. A prática instigada de adultério associada a descrições que salientam os princípios da rainha, ou a falta deles, só vêm acentuar a fraqueza do monarca. O cronista reforça bem a pressão clara que fazia Enrique IV face à tenaz resistência dos principio de D. Joana. Não discutindo a veracidade dos factos, representa-se o desconcertar da imagem pública do rei e da rainha e transporta-nos para os meandros da intriga de corte¹⁷.

Desde o primeiro momento que se comenta a presença assídua de D. Beltrán de la Cueva na corte em intimidade com o rei e rainha. O escolhido e preferido de Enrique IV. D. Beltrán, visita assídua da rainha na presença ou

12. Anyó i Oliver 2005, p. 276.

13. As narrativas medievais transportam-nos para descrições subjetivas, comportamentos e ações padrão com intuito de alcançar fins. Rider e Fridman 2011.

14. Ortega Baún 2013.

15. Pelaz Flores 2011.

16. Soto Vázquez, Montes Salas 2008.

17. Sobre D. Joana ver Pelaz Flores 2011, p. 183-185.

ausência do rei. O escândalo agitava-se na corte e comentavam-se as visitas e as ações. Apesar das duras críticas, D. Beltrán continua a frequentar a corte e o rei mantém uma relação de favoritismo face ao mesmo¹⁸. Esta continuidade de uma relação que não era bem entendida terá mantido latente o problema da filha de D. Joana.

Este era o panorama que se vivia por alturas do nascimento de D. Joana a 28 de fevereiro de 1462. Um nascimento conturbado que afasta o reino na sucessão. A questão da paternidade será um assunto transportado para a banalidade pública, mas é neste contexto que nasce D. Joana e é este o contexto histórico e familiar em que irá crescer e viver os primeiros anos da sua vida.

No parto, a rainha é acompanhada por uma parteira castelhana e outra portuguesa, de nome Catalina Pires, que se manteve na casa real até junho desse ano. Ladero Quesada refere-se a três gastos de Henrique IV relacionados com o nascimento de D. Joana. A oferta de umas andas de madeira e lenço oferecidas em Junho a Beatriz Suarez, ama da Infanta, uma esmeralda encastrada numa peça de ouro que se destinava ao colo da Infanta em Julho e um pano de Ruão forrado de pele que lhe era também destinado¹⁹. Uma demonstração de algum cuidado com a recém-nascida, provavelmente, os primeiros presentes que recebia. Além do cuidado a oferta da esmeralda aponta no caminho mais emocional da relação entre pais e filhos e fica o registo das andas por explorar²⁰. De facto, anota-se uma ausência de relatos de sentimentos e de emoções para além das que se depreendem da necessária proteção de um elemento da família que poderá garantir o futuro.

Adianta Ladero-Quesada a possibilidade de terem ocorrido alguns percalços na recuperação da rainha D. Joana que necessitou de algum apoio de uma parteira vizinha de Toledo que foi chamada pelo rei em Março²¹. Foi ainda acompanhada de médicos enviados por Afonso V que acompanharam o parto da rainha e deram o seu apoio à periclitante saúde de Henrique IV.

A saúde do monarca foi já abordada por vários autores e descrita pela literatura da época como um «mal de ijada»²². Um problema urinário que o acompanhava desde sempre que segundo a opinião de urologistas a disfunção não invalidava a fecundação na sua totalidade²³. A dúvida permanecerá, sempre, apesar da opinião médica e do juramento feito por D. Joana na Catedral de

18. De forma a entender a posição de D. Beltrán de la Cueva em todo este processo ver entre outros autores Maria del Pilar Carceller Cerviño 2006, Maria del Pilar Carceller Cerviño 2001, Carceller Cerviño 2009.

19. Ladero Quesada 1991, p. 259.

20. Um documento interessante a rever no que concerne às relações na infância. Sobre este tema ver Classen 2005.

21. Ladero Quesada 1991.

22. Ladero Quesada 1991, pp. 244 e 258.

23. A questão urológica de Henrique IV foi já tratada por Maganto Pavón 2003.

Segóvia em 1470 no qual assume que a paternidade da sua filha pertence ao rei Henrique IV. Continuarão as dúvidas apesar de Jeronimo Munzer revelar, na descrição da sua viagem por Espanha e Portugal, a inseminação artificial de D. Joana, realizada através de uma canícula de ouro feita especialmente para o efeito. Certo é que o nascimento de D. Joana e o juramento da Infanta como sucessora de Henrique IV, nas cortes de Toledo em 1462, acentua o falatório em torno da impotência de Enrique IV e da infidelidade de D. Joana que já ecoavam fortemente em praça pública e, não há dúvida, que seriam movidos por interesses da nobreza castelhana que pretendia uma linha diferenciada na sucessão. Após o juramento, novos desenvolvimentos na corte. Mais murmurações que a declaração da recém-nascida D. Joana não apagou²⁴.

O batizado de D. Joana decorreu sem grandes contratempos. O conde de Armagnac e o Marquês de Villena eram padrinhos de D. Joana e a Infanta D. Isabel e a Marquesa de Vilhena eram madrinhas²⁵. As festas do batizado foram amplamente badaladas na época e a princesa foi «El Arzobispo de Toledo tuvo en sus brazos a la tierna infanta, que contaba poco más de dos meses, mientras le prestaban reverencia y acatamiento besándola la mano, los infantes D. Alfonso y Dña. Isabel, la nobleza y todos los dignatarios de la Iglesia»²⁶. Seguiram-se os rituais de corte destinados a uma sucessora do reino de Castela.

Em 1463 novo acontecimento irá assinalar a vida familiar da rainha D. Joana. Pouco tempo depois do parto, a rainha fica novamente grávida. No início de 1463 um acidente interrompe abruptamente a gravidez já adiantada de um filho varão, refere-se, da paternidade de Henrique IV²⁷. Este episódio parece importante para relatar o perigo eminente que, quer a rainha D. Joana quer a sua filha, poderiam passar.

Com o desenrolar da situação e o crescimento do conflito face à pessoa de Henrique IV, protagonizado na Farsa de Ávila e na Batalha de Olmedo, a vida da rainha e da infanta corriam mais riscos. Assim o entendeu D. Henrique que por questões de segurança as coloca em custódia.

Voltamos a ter notícia da Infanta D. Joana quando Henrique IV, em 1465, tempos antes da Batalha de Olmedo (1467). O monarca temendo o desenrolar da situação política apoiante da subida ao trono de D. Afonso, a entrega às mãos do conde de Tendilla e do Marquês de Santilhana que juntamente com Pedro de Velasco, filho do conde de Haro, a colocaram em segurança em Buitrago e em Trijueque. Desde os seus primeiros anos de vida, D. Joana

24. Freitas 2011.

25. Note-se a importância que quer o conde de Armagnac quer o Marquês de Villena têm na política externa de Henrique IV face a França e em particular na questão sucessória de Navarra, em particular no período compreendido entre finais de 1461 e 1463. Sobre este assunto ver Cesar Olivera Serrano 1993.

26. Floriano Llórente 1983, p. 252.

27. Moreno y Freitas 2006.

experienciou a custódia da nobreza do reino que lhe era afeta. Uma situação que certamente lhe traria instabilidade enquanto pessoa, mas nunca demonstrada pelos cronistas. Adams refere, debatendo a questão levantada por Philippe Aries sobre a infância, que na Idade Média os pais e filhos não têm uma relação exclusivamente e intensamente emocional e que entre a nobreza, os pais, com frequência, estão ausentes do crescimento²⁸.

3. UMA NOVA ETAPA NA VIDA DE D. JOANA: O CONFLITO DE AFONSO V E OS REIS CATÓLICOS

Após as conquistas de Arzila e Tãnger (1471) de Afonso V em Marrocos, iniciam as negociações de Henrique IV e do monarca português em benefício do casamento de Afonso V com D. Joana. Teria D. Joana cerca de 9 anos de idade. A morte de Carlos, irmão de Luís XI, em 1473, prometido a D. Joana em casamento, permitiu que de uma forma aberta as negociações entre Henrique IV e Afonso V se solidificassem. Este encontro permitiria aos dois monarcas dirigirem estratégias para a sucessão de D. Joana com apoio incontornável de Afonso V²⁹.

A morte de D. Henrique IV em 1474, precipita os acontecimentos e abre um novo capítulo na vida de D. Joana, tutelada, então, pelo Marquês de Vilhena, D. Diogo Pacheco. A sua exposição ao conflito interno verificado em todo o reinado de Enrique IV e a aproximação de Afonso V mantêm-se como dinâmica. No momento da sua morte em Dezembro de 1474, o rei D. Henrique após alguns momentos de indefinição, aponta a sua sucessão para D. Joana com apenas 12 anos de idade a hora da morte do rei.

Após a morte do rei, D. Isabel proclamou-se rainha. Isabel assume parceria com Aragão e resta a D. Joana e a Afonso V manterem a última vontade de D. Henrique e assumirem uma outra frente face à união de Isabel e Fernando. Pressionado pela mesma nobreza que acompanhava D. Joana, Afonso V a 27 de dezembro de 1474, envia uma missiva a todas as cidades castelhanas na qual se assume como defensor da sucessão de D. Joana e dos seus direitos de legítima herdeira. Conserva-se um exemplar dessa carta no Arquivo Municipal de cidade Rodrigo³⁰.

A Afonso V a ligação a D. Joana e a predominância nos negócios de Castela ditava uma maior serenidade no espaço atlântico onde Castela se transformava

28. Adams 2011, p. 265. A autora alude à frequência com que as crianças são enviadas para serem criadas por outros e são usadas em jogos diplomáticos. Assim, a ausência dos pais da infância é uma constante, facto que parece apontar para o valor da criança apenas como moeda de troca.

29. Moreno y Freitas 2006.

30. Freitas 2011, p. 63.

num concorrente forte. A vocação Atlântica de Portugal pressionava Afonso V a uma aproximação ao trono de Castela, proporcionado pelo casamento com D. Joana³¹. No entanto, esta dinâmica do monarca alertava a corte para o problema da sucessão e abria dúvida na subida ao trono de D. João II. De forma a colmatar qualquer dúvida, Afonso V entregava o reino ao Infante D. João na sua ausência, sucessão que o rei garantia em carta datada de 12 de maio de 1475³².

O ambiente continuava de conflito quando em maio de 1475, Afonso V cruza a fronteira já com capítulos matrimoniais acordados e ratificados a 29 de maio em cerimónia presidida por D. João Galvão, bispo de Coimbra. Coloca-se novamente a questão da consumação e a validade do matrimónio. Um casamento entre primos obrigava a dispensa papal e esta não teria sido atribuída à data do casamento.

Rui de Pina descreve a chegada a Plasencia, cidade do senhorio do Duque de Arevalo. D. Joana esperava-o na companhia do Duque, da Duquesa acompanhados do Marquês de Vilhena e do Conde de Oronha. As cerimónias matrimoniais em palco levantado na cidade de Plasencia, onde foram também aclamados reis³³. Teria D. Joana apenas 13 anos. Os reis instalaram-se na fortaleza da cidade de Plasencia que foi assaltada por festas que decorreram durante vários dias³⁴.

O casamento com Afonso V é um exemplo do drama constante que D. Joana viveu ao longo da sua vida, desde muito jovem. Sisto IV que concedia o direito ao casamento em 1477, intitula Afonso V como rei de Castela, o que desencadeia de imediato uma ação de Isabel e Fernando de Aragão. Não centralizando o discurso nos acontecimentos que se seguiram e que colocaram Afonso V e os Reis Católicos em confronto, situando, mais uma vez, a atenção na figura de D. Joana, vemos que esta cai de novo no silêncio. Joana é um nome apenas referenciado em momentos dramáticos em torno de tentativas, de alguns, de alcançarem objetivos.

Seguindo o relato de Rui de Pina, que nos proporciona alguma informação sobre os acontecimentos, de Plasencia os aclamados reis, deslocam-se até Arevalo, atravessando terras de Alba, onde permaneceram alguns dias, sempre com grande segurança por perto. De Arevalo partiram para Toro³⁵.

De Toro Afonso V e D. Joana seguem para Zamora onde foram bem recebidos pela população local. Ficou alguns dias em Zamora com a sua aia Beatriz

31. Moreno 1994.

32. Moreno 1994.

33. Em documento datado de 30 de maio de 1475, D. Joana intitula-se rainha de Castela, de Leão e de Portugal. Azcona 2007, p. 217.

34. Pina y Rui, cap. CLXXVIII, vol. III, p. 78.

35. Pina y Rui, cap. CLXXIX, vol. III, p. 80.

da Silva e Lopo de Almeida, enquanto Afonso V se deslocou a Burgos em auxílio do castelo que se encontrava cercado. No regresso do rei, voltam a Portugal³⁶. Voltaria D. Joana a Toro quando a cidade de Zamora é tomada pelos Reis Católicos. Afonso V e o Infante D. João correm em seu auxílio, ficando D. Joana em Toro à guarda do Conde de Vila Real, dias antes da batalha que ocorreu em Toro (1476). Voltariam, depois de Toro, a Portugal e Afonso V partia para França em busca de auxílio. Relata Rui de Pina que teriam saído rumo a Miranda em Junho de 1476, onde assistiram à festa de Corpo de Deus. D. Joana segue para a Guarda, acompanhada pelo Conde de Vila Real e do bispo de Viseu. Da Guarda deslocou-se em direção a Coimbra, onde a esperava o Infante D. João que a acompanhou até Abrantes. Entretanto Afonso V parte da Guarda em direção ao Porto de onde embarca para França³⁷.

Para Afonso V o empenho na causa de D. Joana poderia garantir a subida ao trono castelhano e a continuidade de um conflito com o reino de Castela. Em todas as deslocações D. Joana acompanhava-o como uma rainha que procurava manter o título. Toro teria sido o epílogo deste envolvimento conflituoso que o tratado de Alcáçovas (1479) tentava solidificar. Neste tratado Afonso V renunciava à pretensão e direitos sobre a coroa castelhana. Os Reis Católicos afastavam Afonso V da sua pretensão.

Entre as cláusulas do tratado de 1479, declarava-se, ainda, o casamento de D. Isabel, filha dos Reis Católicos com D. Afonso, sucessor de D. João, futuro, D. João II. A partir deste momento a vida de D. Joana estava entregue às mãos de Isabel e Fernando, que tentariam por todos os meios garantir o já conseguido e por cobro às tentações de Afonso V e do Infante D. João de se insurgirem sobre Castela.

Paralelamente acordavam-se as Terceiras de Moura como medida de paz e de segurança de sucessão pacífica para os dois reinos interessados em rever o conceito e a estratégia da unidade da Península Ibérica³⁸. É neste ambiente assumido de conflito com Castela, que arrastava consigo outros conflitos e outras decisões nos mares, que, mais uma vez, se coloca D. Joana³⁹. Seria possível (re)afirmar - uma mulher que vive como elemento chave de grandes momentos políticos da História Peninsular.

Como referido, pelas Terceiras de Moura, os reis Católicos casavam a sua filha mais velha com o filho do Príncipe D. João. Os dois seriam criados em

36. Pina y Rui, cap. CLXXX, vol. III, p. 81.

37. Pina y Rui, cap. CLXIII, vol. III, pp. 104-106.

38. Nogales Rincón, 2013, esclarece sobre a política portuguesa e castelhana neste período. De facto, sonhos de uma união ibérica que sustentam os reis portugueses e castelhanos, darms familiares que assistem a interesses políticos e económicos não apenas de um rei, mas sim, de toda a população do reino. Interesses que pressionam o poder central em direção a ideais.

39. Sobre este período e sobre as questões nos mares que acompanham todo este processo, ver Mendonça, 2004.

Moura, nos domínios de D. Beatriz de Viseu. Até à data do casamento dos Infantes, D. Beatriz ficaria com a guarda auxiliada por D. Filipa de Odivelas e D. Diogo, Duque de Viseu. Os alcaides dos castelos de Beja, Marvão, Tavira e Guarda prestariam homenagem.

D. Beatriz, descendente da casa de Bragança e Duquesa de Viseu tem um excelente ascendente no poder e nos domínios políticos do reino português. Uma outra mulher que, através das suas redes de poder, adquiria uma importância dominante nos negócios do reino⁴⁰. De realçar que os Reis Católicos notavelmente se colocaram numa posição de, também eles, poderem aceder ao trono português. O casamento da filha de ambos com o sucessor do futuro D. João II colocava-os em posição de vantagem.

Nestas negociações abria-se, ainda, a possibilidade de D. Joana casar com o príncipe herdeiro, embora este pudesse recusar quando fizesse sete anos de idade, e reconhecesse a recusa aos 14 anos⁴¹. O casamento com Afonso V tinha sido dado como não legalizado, uma vez que o consentimento do papado não tinha sido dado.

Ditava o tratado das Terceiras de Moura que a não consumação do casamento de D. Joana e o filho dos Reis Católicos não se consumar, estes obrigavam-se a entregar 100 000 dobras. A não transferência deste montante monetário, obrigaria à entrega da cidade de Toro e respetiva fortaleza ao monarca português. A recusa de D. Joana das opções, referidas no tratado, obrigaria à entrada em Ordens, podendo D. Joana escolher entre os mosteiros de Santa Clara de Coimbra, Santa Clara de Santarém, Nossa Senhora da Conceição de Beja, Jesus de Aveiro, ou S. Salvador de Lisboa. D. Joana institui-se como um dos focos principais deste tratado. Pretendia-se anular a sua ação colocando-a fora das dinâmicas de corte e da política central ou coloca-la numa posição altamente vigiada pelo poder castelhano.

Estipulava ainda o tratado que caso fosse a entrada em Ordens a opção de D. Joana, esta era obrigada a entrar no mosteiro no prazo de doze dias e não poderia receber ou enviar mensageiros, negociar sobre assuntos relacionados com o trono de Castela e não poderia sair do mosteiro que escolhesse. Estava apenas permitida a saída do mosteiro para um outro mosteiro, da mesma Ordem, por ameaça de peste. Caso não houvesse cumprimento por parte de D. Joana do acordado, seria Afonso V a pagar as 100 000 dobras ou, em caso de falta de pagamento, a entregar as vilas de Alandroal e Veiros⁴².

Este tratado condicionava fortemente a vida de D. Joana e entregava-a ao isolamento e ao abandono de qualquer pretensão a uma vida social ou pessoal.

40. D. Beatriz, casou com D. Fernando, irmão de Afonso V, Duque de Viseu. D. Beatriz era uma mulher poderosa administradora dos bens do marido e dos seus filhos. Ver Sousa 2000.

41. Freitas 2011.

42. Gomes 2006, pp. 236-241.

A impossibilidade de usar o título de rainha, infante ou princesa afastava-a da pretensão política a uma liderança e a renúncia de um lugar que deveria considerar seu por direito.

D. Joana optou pela entrada em ordens. Os primeiros passos seriam dados no mosteiro das Clarissas em Coimbra, no ano de 1479. Teria D. Joana 17 anos. As imagens de Rui de Pina são de grande tristeza. Refere que D. Joana despiu os vestidos de brocado, holandas e sedas com pesar e vestiu o burel e estopa do hábito de Santa Clara. Privara-se dos seus bens materiais. O seu cabelo foi cortado. Rui de Pina manifesta a «revolta» de D. Joana em entrar em Ordens e só acedeu por promessa de melhor futuro por parte de D. João II⁴³. Afonso V está ausente nos discursos dos cronistas. No entanto, a proteção que Afonso V lhe votava é conhecida através de uma carta que escreve ao monarca francês, após a sua viagem a França, na qual se refere que tem o dever de defender D. Joana por, entre outras razões, ser sua sobrinha e refere-se ao casamento como um «serviço» que prestaria a D. Joana e que justificaria a entrada em Castela. De acordo com o que descreve neste documento o casamento foi realizado de acordo com a lei do seu tempo⁴⁴. O casamento com D. Joana mostrou-se fundamental para sustentar e justificar a sua entrada em Castela. Fica clara a proteção portuguesa a D. Joana quer por parte de Afonso V quer por parte do Infante D. João. A entrada em Ordens poderia representar a saída dos domínios castelhanos e a esperança de uma vida melhor em Portugal.

Os Reis Católicos preocupados com o ano de reflexão que a Ordem impunha antes de se recolher em clausura no mosteiro, recorre ao papado que nega o pedido de entrada em Ordens no menor tempo possível. O papado justificava-se com as normas da rega. Temiam os Reis Católicos alguma mudança na situação política, em particular porque Afonso V pedia auxílio a França⁴⁵.

Em outubro de 1479, D. Joana entra em Ordens em Santarém, sendo deslocada em janeiro de 1480 para Évora. A peste grassava em Santarém. Não permanece muito tempo em Évora de onde foi deslocada para o Vimieiro de onde, acompanhada pelo príncipe D. João, parte para Coimbra⁴⁶.

D. Joana votava-se à clausura perpétua, o contacto com o exterior reservava-se apenas às serviçais. Os restantes elementos da comunidade religiosa não tinham contacto com o exterior, sendo a arquitetura do mosteiro «uma fortaleza inultrapassável», nas palavras de Maria José Azevedo Santos. Descreve a autora que, pela regra da Ordem, as duas portas do mosteiro (superior e inferior) e a roda eram guardadas pelas freiras porteiras e a sua logística

43. Gomes 2006, p. 243.

44. Gavetas da Torre do Tombo, vol. 1, p. 940.

45. Moreno y Freitas 2006.

46. Gomes 2006, p. 242.

implicava grandes e poderosas fechaduras, aldrabas, ferrolhos e chaves⁴⁷. Além da clausura, a Ordem impõe, entre muitas outras matérias de grande rigidez, o silêncio. A comunicação era feita por sinais⁴⁸. A regra impunha que nela professassem jovens sãs, idóneas e honestas, que deveriam aguardar um ano antes de professarem, após a aceitação da entrada em Ordens. Só nessa altura, e sob promessa de cumprimento de clausura, poderiam vestir o hábito, usado de noite e de dia, «composto por túnica, escapulário, manto, touca e, a cingir a cintura, uma corda»⁴⁹.

Filomena Andrade recorda que muitas mulheres na Idade Média dão este passo do «abandono do mundo» e entram em Ordens onde são «emparedadas»⁵⁰. Através de Rui de Pina parece ficar claro que a pressão/obrigação imposta pelos Reis Católicos teria bem sucedido, mas a procura de uma solução melhor parece acompanhar a decisão de D. Joana. A escolha não foi livre, mas, provavelmente, teria sido na tentativa da melhor solução. O destino de espiritualidade e do «aguardar» na clausura do mosteiro, perante a opção das cláusulas do tratado, anota a gravidade de situações que os seus poucos anos de vida acumulam.

Em 1481, os Reis Católicos queixam-se que D. Joana vivia fora do Convento⁵¹. Parece iniciar-se neste momento, a primeira tentativa de D. Joana de negar a pressão e a obrigação de vida que lhe era imposta. A morte de Afonso V, em Agosto deste mesmo ano, refira-se que muito provavelmente, por doença que surgiu pelos recentes acontecimentos relativos a D. Joana⁵², parece relacionar-se com esta saída de Ordens.

Alguns anos após a morte de Afonso V, no verão de 1488, Diogo de Ataíde foi enviado aos Reis Católicos e reforçaram-se algumas propostas. D. João II jurava que D. Joana viveria perpetuamente no mosteiro de Santa Clara de Santarém, e propunha-se avançar com o casamento entre D. Afonso, filho de D. João II e D. Isabel, filha dos Reis Católicos.

Em 1505 após a morte de Isabel, a Católica, ter-se-ia colocado a possibilidade de D. Joana casar com D. Fernando. Vivia por esse tempo em Abrantes, à guarda de D. João de Almeida, filho de um anterior mordomo-mor de D. Joana⁵³. Os juramentos de a manter em Ordens não teriam sido cumpridos. D. Joana viveria afastada do convento e em 1522 residia nos Paços da Costa em Lisboa. Tinha casa própria com as suas damas, moças de câmara e outros oficiais e serviçais e recebia rendas e outros bens da coroa portuguesa. A título de

47. Santos 2015, p. 40

48. Santos 2015, p. 44.

49. Santos 2015, p. 40.

50. Andrade 2000.

51. Gomes 2006, p. 244.

52. Gomes 2006, p. 268.

53. Gomes 2006, p. 245.

exemplo a entrega a 1 de Abril de 1493, vinte varas de pano de holanda e oito côvados de pano preto⁵⁴, a 5 de Dezembro de 1493 de um pano de lila preta forrada de arminho, um manto, almíscar e âmbar⁵⁵, 10 de Novembro de 1513 de almíscar, sedas e outras especiarias provenientes da Casa Da Índia a D. Joana através de seu criado⁵⁶, a 29 de Abril de 1514 recebe umas peças de Holandas, entre outros bens que a Excelente Senhora entender necessários⁵⁷, em 1518 recebe 20 papos de almíscar⁵⁸, em 1521 declara-se que recebe 20 arrobas de açúcar anualmente⁵⁹. Refira-se o constante tratamento de a *Excelente Senhora* em toda a documentação. Em 1530 uma carta de D. Catarina de Austria revela mais pormenores sobre os últimos anos de vida de D. Joana. A carta escrita a pós a morte de D. Joana dá conta da compra de joias e de outros bens pertencentes a D. Joana por D. Catarina no valor de trinta mil, duzentos e cinquenta reais⁶⁰, revelando que viveu sempre com grande garantia da condição real que provinha do seu nascimento. Da mesma forma, os seus serviços seriam também protegidos como revela a tença entregue ao governador da casa da Excelente Senhora, Rui Gomes da Grã⁶¹.

4. UM FINAL DE VIDA REVELADOR

No seu testamento pede para ser sepultada em Santo António do Varatojo em hábito de S. Francisco, pedido que não viria a ser cumprido uma vez que foi sepultada em Santa Clara de Lisboa junto à sala capitular. Não se confirma a possibilidade de ter sido deslocada, mais tarde para Santo António do varatojo⁶². A primeira questão que este testamento levanta será o desejo de recolher ao Mosteiro de Santo António do Varatojo, o mesmo mosteiro fundado por Afonso V onde morre em 1481. Os documentos, embora na sua maioria narrativos e cronísticos, apontam para esta ligação emocional entre D. Joana e Afonso V.

Ao olhar para trás, é possível compreender que D. Joana tenha lutado pelo seu título de rainha. A sua ação junto de Afonso V e o casamento que nunca foi possível com o seu tio, encaminhava-a para a vida que sempre desejou ter. O destino obrigou-a a seguir noutra direção. A sua intenção ou determinação

54. ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 2, n.º 12.

55. ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 2, n.º 100.

56. ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 13, n.º 94.

57. ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 15, n.º 29.

58. ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 23, n.º 73.

59. ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 27, n.º 2.

60. ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 46, n.º 26.

61. ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 11, n.º 60.

62. Saul, p. 245.

não a abandonou. E no momento em que se propôs romper com o acordado, assim o fez na tentativa de alcançar o seu destino mais desejado e merecido.

D. rei de Portugal, Duarte, pai de Afonso V, no seu livro *O Leal Conselheiro*, anota que as mulheres se caracterizam por serem virtuosas, outras por boa aparência e outras por palavras brandas e por fim, as que mostravam algumas amostras de força⁶³. D. Joana, estaria, sem dúvida no grupo de mulheres que demonstravam as suas forças.

Morre a 12 de abril de 1530.

BIBLIOGRAFIA

- Adams, Tracy (2017): *Medieval mothers and their children; the case of Isabeau of Bavaria in Light of Medieval conduct Book, Drgryster*. DOI 10.1515/9783110895445.265.
- Andrade, Maria Filomena (2000): «Beatitude no feminino: modelos de santidade e formas de poder», *Discursos, Língua, Cultura e Sociedade*, pp. 71-84.
- Anýó i Oliver, Joaquim (2005): «Constantinoble des de Castella. *Tirant lo blanc* a través de la crónica de Enrique IV d'Alfonso de Palencia», *Symposia Philologica*, 10, p. 276.
- Azcona, Tarsicio de (1998): *Juana de Castilla, mal llamada La Beltraneja: Vida de la hija de Enrique IV de Castilla y su exilio en Portugal (1462-1530)*, Fundación Universitaria Española.
- (2017): «Algunos documentos esenciales sobre la reina Blanca de Navarra, esposa de Enrique IV de Castilla», *Príncipe de Viana*, 267, pp. 15-36.
- Carceller Cerviño, María del Pilar (2001): «La imagen nobiliaria en la tratadística caballeresca: Beltrán de la Cueva y Diego Enríquez del Castillo», *En la España Medieval*, 24, pp. 259-283.
- (2006): «Los bandos nobiliarios y la carrera política: ascenso y privanza de Beltrán de la Cueva», *Anuario de Estudios Medievales*, 36/2, pp. 783-801.
- (2009): «Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media», *En la España medieval*, 32, pp. 85-112.
- Classen, Albrecht (2005): *Childhood in the Middle Ages and the Renaissance: The Results of a Paradigm*, Berlin-NY, Walter de Gruyter.
- Duby, Georges (2011): *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das letras.
- Floriano Llorente, Pedro (1983): «Problemas sucesorios de Enrique IV de Castilla», *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, 2, pp. 251-272.
- Freitas, Isabel Vaz (2011): *D. Joana a excelente Senhora*, Lisboa, Academia da História. *Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 1, p. 940. <http://purl.pt/26848/3/tr-4945-v/tr-4945-v_item3/index.html#/962-963>.

63. Duarte, *Leal Conselheiro*. Prefácio de Afonso Botelho, edição crítica, introdução e nota de Maria Helena Lopes de Castro. Coleção Pensamento Português, s/l, 1998, p. 181.

- Gomes, Saúl (2006): *Afonso V. Lisboa*, Circulo de Leitores.
- Ladero Quesada, Miguel Ángel (1991): «1462: Un año en la vida de Enrique IV, rey de Castilla», *En la España Medieval*, 14, pp. 237-274.
- Maganto Pavón, Emilio (2003): «Enrique IV de Castilla (1454-1474). Un singular enfermo urológico. Retrato morfológico y de la personalidad de Enrique IV "El Impotente"», *Historia de la Urología*, 56, 3, pp. 211-220.
- Martín Rodrigues, José Luis (2003): «Enrique IV de Castilla, rey de Navarra, príncipe de Cataluña», *Edad Media: revista de historia*, 6, pp. 280-289.
- Mendonça, Manuela (2004): «De Alcáçovas a Tordesilhas: a terra de Vera Cruz», *História Revista. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás*, 9, 81, pp. 21-34.
- Moreno, Humberto Baquero (1993): «Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos», *Revista de História*, [PDF]FLUP. <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8581>>. Acedido em 31/01/2018.
- (1996): «As relações entre Portugal e Castela em torno a 1492» en Ana María Carabias Torres (ed.), *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos*, Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca, pp. 53-62.
- Moreno, Humberto Baquero e Isabel Vaz Freitas (2006): *A Corte de D. Afonso V: o tempo e os homens*, Gijón, Ediciones Trea.
- Nieto Soria, José (1998): «El "poderío real absoluto" de Olmedo (1445) a Ocaña (1469): La monarquía como conflicto», *En la España Medieval*, 21, pp. 159-228.
- Nogales Rincón, David (2013): «Los proyectos matrimoniales hispano-portugueses durante el reinado de los Reyes Católicos y los sueños de unión ibérica», *De Medio*, 2, 2, pp. 43-68.
- Olivera Serrano, César (1993): «Los condes de Armagnac y la diplomacia castellana del siglo XV (1425-1474)», *En la España medieval*, 16, pp. 189-222.
- Ortega Baún, Ana E. (2013): «"Su belleza es su perdición": mujer y sexualidad. El ejemplo de Castilla, 1200-1350», *Las mujeres en la edad media*, Murcia-Lorca, pp. 363-374.
- Pelaz Flores, Diana (2011): «Jaque a la reina: cuando la mujer se convierte en un estorbo político», *Miscelánea Medieval Murciana*, XXXV, pp. 177-187.
- (2013): «Queenship: teoría y práctica del ejercicio del poder en la Baja Edad Media castellana», en M.^a Isabel del Val Valdivieso y Juan Francisco Jiménez Alcázar (coords.), *Las mujeres en la Edad Media*, Murcia-Lorca, Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, 3, pp. 277-287.
- Perea Rodríguez, Óscar (2005): «Enrique IV de Castilla en la poesía de cancionero: algún afán ignorado entre las mil congoxas conocidas», *Cancionero General*, 3, pp. 33-71.
- Rábade Obradó, María del Pilar (2017): «Más que afectos en las Décadas de Alonso de Palencia», *E-Spania*, 27. <<http://journals.openedition.org/e-spania/26624>>. Acedido em 18/01/2018.
- Rider, J. y J. Friedman (2011): *The Inner Life of Women in Medieval Romance Literature: Grief, Guilt, and hypocrisy*, NY, Palgrave Macmillan.
- Rivera Garretas, María-Milagros (2013): «El signo de La Libertad femenina hace historia de Las mujeres», en M.^a Isabel del Val Valdivieso y Juan Francisco Jiménez Alcázar (coords.), *Las mujeres en la Edad Media*, Murcia-Lorca, Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, 3, pp. 17-32.

- Santos, Maria José Azevedo (2015): *As Regras da Regra de Santa Clara*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Soto Vázquez, José y Antonio Montes Salas (2008): «Notas para una crítica textual de la crónica de Enrique IV», *Alcántara*, pp. 9-20.
- Sousa, João Silva de (2000): «Os herdeiros do Infante e o governo dos Açores (1460-1485)», *Arquipélago. História*, 4 (2), pp. 13-28.
- Val Valdivieso, Isabel del (1974): *Isabel La Católica, princesa (1468-1474)*, Instituto de Isabel la Católica de Historia Eclesiástica, Valladolid.
- (1991): «La sucesión de Enrique IV», *Espacio, Tiempo y Forma*, 4, pp. 43-78.
- (2006): *Isabel La Católica y su Tiempo*, Universidad de Granada, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales.